



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS - CCJP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD**

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO DE DISCENTES NO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EM 2023  
(EDITAL Nº 04/2022)**

**3ª ETAPA  
RESULTADO DOS PRÉ-PROJETOS**

A Comissão de Seleção e Matrícula do mencionado processo, após a análise dos pré-projetos sem identificação entregue pelos candidatos em conformidade com o disposto no edital divulga as notas obtidas na etapa informando que conforme a cláusula 4.5.5. em caso de aprovação do candidato no certame, o pré-projeto não vincula ao PPGD quanto ao seu desenvolvimento como dissertação de mestrado cabendo o orientando adequá-lo ao longo do curso conforme diretrizes da disciplina de metodologia e do seu orientador:

<b>Pré Projeto</b>	<b>Nota final</b>
A AUSÊNCIA DE MECANISMOS DE CONTROLE DA GOVERNANÇA PÚBLICA: IMPACTOS NA CONSECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	<b>7,0</b>
A AUTODECLARAÇÃO RACIAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DA POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: PROPOSTA DE UMA BASE METODOLÓGICA DE ANÁLISE E CONTROLE	<b>7,25</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO SANITÁRIA PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO DIREITO DE SAÚDE	<b>7,0</b>
A DIPLOMACIA CULTURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO GUIMARÃES ROSA E A PROMOÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA E DA LUSOFONIA NO EXTERIOR	<b>7,0</b>
A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DOS SERVIÇOS DIGITAIS OFERECIDOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	<b>7,25</b>
A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MULHER DO CAMPO: UMA ANÁLISE DO PRONAF MULHER NOS ANOS DE 2018 A 2022	<b>7,75</b>
A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EFETIVIDADE E IMPACTOS	<b>7,25</b>
A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF) Nº 828, O DIREITO À MORADIA E SEUS IMPACTOS NAS DECISÕES DO TJRJ.	<b>7,25</b>
A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA FORTALECER A DEMOCRACIA FACE AO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO ELEITORAL	<b>7,5</b>

A REGULAÇÃO INFRALEGAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL COMO PILAR DA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FINANCEIRAS E ECONÔMICAS	7,25
ABORDAGEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM REPRODUÇÃO ASSISTIDA E SUA INFLUÊNCIA NA SAÚDE MENTAL DE MULHERES DE BAIXA RENDA	7,75
ANÁLISE DOS AVANÇOS DOS DIREITOS À IGUALDADE E À DIGNIDADE DOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL	7,0
COMO O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO TEM JULGADO A PROBLEMÁTICA DOS MEIOS DE PROVA DO LABOR COM EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS À INTEGRIDADE FÍSICA E A SAÚDE DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL NÃO COOPERADO	6,5
CRIME ORGANIZADO E ESTADO AMPLIADO	6,5
DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE	5,5
EXPANSÃO DAS GUARDA CIVIS METROPOLITANAS E A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	7,0
INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E A (DES)INTEGRAÇÃO DAS TRÊS ESFERAS DE GOVERNO E SEUS REFLEXOS NO COMBATE À FOME NO BRASIL	7,0
LIMITAÇÕES DA ATUAÇÃO POLÍTICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	7,0
MECANISMOS TRIBUTÁRIOS E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	7,0

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAR O DIREITO À INCLUSÃO DIGITAL NO RIO DE JANEIRO EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA	7,0
O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOBRE A ATIVIDADE DE ITINERÂNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	7,5
O ACESSO À JUSTIÇA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA JUSTIÇA 4.0	7,75
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NO DIREITO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	7,75
O USO DAS INSTITUIÇÕES DE ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO “NEOPARLAMENTARISMO”	6,5
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETIVO 6 DA AGENDA 2030 DA ONU NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	7,5
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA NO ASSÉDIO MORAL SOFRIDO PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO	8,0
AS POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS DE ABORTO LEGAL PARA AS MULHERES ENCARCERADAS: UMA ANÁLISE DOS PRESÍDIOS PÚBLICOS ESTADUAIS BRASILEIROS	7,5
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ESFERA GOVERNAMENTAL: DESAFIOS ÉTICOS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	7,5

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS CASOS DE HIV EM PRESÍDIOS FEMININOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ	<b>7,5</b>
O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA SEGURANÇA PÚBLICA À LUZ DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ANALISADO ATRAVÉS DE JULGAMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	<b>7,0</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS NOS DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	<b>7,0</b>
AVALIAÇÃO INTEGRATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO POR ACADÊMICOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA.	<b>7,5</b>
POLÍTICA PÚBLICA FEDERAL CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM MULHERES NEGRAS: ANÁLISE DA LEI ESTADUAL 9.797/22 À LUZ DO DEVER DOS ARTIGOS 4º E 6º DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	<b>7,75</b>
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - PCRJ	<b>7,75</b>